

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA: UM OLHAR ATRAVÉS DA INTERSECCIONALIDADE

Thaís Queiroz Castro ¹
Leila Maria Passos de Souza Bezerra ²

INTRODUÇÃO

A violência de gênero está diretamente relacionada à relação de poder, onde o indivíduo masculino e hétero possui o poder hierárquico sobre as demais formas de se performar indivíduo na sociedade patriarcal, machista e misógina. Essa cultura enraizada, transcende os espaços ou relações privadas, passando do privado para o público de forma naturalizada e substancial. Segundo Scott (1990), o gênero é uma categoria constitutiva para se entender a “violência contra a mulher”, e precipuamente as relações de poder que são motivadas pela falsa determinação das diferenças entre os sexos, onde o ser masculino é superior ao ser feminino o que corrobora para a motivação das desigualdades nas relações sociais e na manutenção da violência de gênero.

Nessa perspectiva de entender a definição do que é a violência de gênero, faz-se necessário compreender e analisar a manifestação da violência de gênero nas escolas. Portanto, através da teoria da interseccionalidade ela configura-se como um fenômeno multifacetado que ultrapassa as abordagens tradicionais ou costumeiras de análise, exigindo que se considere as pluralidades das dimensões da identidade. Nesse contexto, a teoria interseccional, proposta por Kimberlé Crenshaw, se apresenta como uma ferramenta analítica imprescindível para entender como categorias como gênero, raça, classe social, sexualidade, orientação sexual, faixa etária, deficiência e outras se correlacionam criando experiências únicas de variadas formas de opressões e discriminações. Desse modo, essa perspectiva é particularmente relevante, dada a complexidade das desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira.

Enveredando para a concepção de performatividade³, a filósofa Judith Butler traz o conceito de performatividade de gênero, segundo o qual o gênero não é uma essência fixa ou papéis de gênero autodeterminantes, mas uma identidade construída/reconstruída e reforçada por meio de atos repetidos, comportamentos e discursos que seguem normas sociais

¹ Mestranda do Curso de Sociologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, queiroz.castro@aluno.uece.br;

² Pós- Doutora do Curso de Antropologia da Universidade Federal do Ceará – UFC leila.passos@uece.br;

³ A identidade de gênero não é algo inato ou fixo, mas sim algo que é construído e performativo através de práticas sociais. Em outras palavras, gênero não é algo que se nasce com, mas sim algo que se aprende e se expressa através de ações e comportamentos (BUTLER,2003).

estabelecidas. Essa nova abordagem de definição de gênero destaca como as práticas do cotidiano nos ambientes escolares podem reforçar ou subverter as normas padronizadas de gênero. Dessa maneira, a cisheteronormatividade, também é um conceito relevante, pois descreve a suposição de que todas as pessoas são ou deveriam se enquadrar na cisheteronormatividade em sua totalidade, estabelecendo um padrão que marginaliza identidades e expressões de gênero diversas. Esse modelo de binarismo de gênero, onde só o que é validado são duas formas de ser, divide rigidamente as pessoas entre masculino e feminino, excluindo também as variadas formas de expressar às suas masculinidades e feminilidades, desconsiderando as outras formas de identidades e experiências, contribuindo para a exclusão e violência contra indivíduos que não se enquadram nesse “CISistema” (NASCIMENTO, 2021).

A escola, enquanto espaço de socialização do indivíduo em formação, não está imune a essas dinâmicas e à cultura machista e patriarcal que está enraizada em nossa sociedade, sendo frequentemente palco de manifestações e repetições da violência de gênero que afetam diretamente e desproporcionalmente mais as meninas negras, indígenas e pessoas LGBTI+. Essas violações manifestam-se de diversas formas, incluindo bullying, assédio sexual, exclusão, violência psicológica, moral etc. Dessa forma, a análise interseccional permite evidenciar como essas múltiplas opressões se entrelaçam, sendo resultado de experiências de violências que não podem ser compreendidas isoladamente ou em sua unicidade.

Este estudo adota a metodologia de pesquisa documental para analisar como políticas públicas, legislações, teorias, produções acadêmicas abordam a violência de gênero nas escolas à luz da teoria interseccional e da performatividade de gênero. A escolha por essa metodologia se justifica pela possibilidade de acessar uma variedade de fontes que refletem as práticas e discursos exclusivos para as pluralidades de ser, permitindo uma análise crítica das estruturas e instituições que perpetuam e colaboram para a repercussão de tais violências.

Portanto, este trabalho busca contribuir para a compreensão aprofundada da violência de gênero nas escolas, evidenciando a necessidade de uma abordagem interseccional e performativa onde os papéis de gênero possam ser desmistificados, e na formulação de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes no enfrentamento e na prevenção dessas violências dentro e fora do ambiente escolar.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Vale ressaltar que o presente estudo ainda está em construção e essa é a primeira parte, ainda inacabada da pesquisa. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com delineamento documental, fundamentado na teoria interseccional e nas categorias de análise: performatividade, pessoas LGBTQI+, cisheteronormatividade e educação inclusiva. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender como as opressões se entrecruzam e se entrelaçam na produção e reprodução da violência de gênero no contexto educacional, conforme discutido por Crenshaw (1989).

A referida pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com foco na análise documental. A investigação busca interpretar e compreender criticamente os sentidos atribuídos à violência de gênero em documentos, considerando os marcadores sociais da diferença. Portanto, a fundamentação teórica é orientada pela teoria interseccional, que permite compreender como múltiplas opressões se articulam simultaneamente. Por esse motivo a perspectiva é essencial para analisar documentos que tratam de gênero e educação, pois revela silenciamentos e desigualdades estruturais frequentemente invisibilizadas e naturalizados (GIL,2002).

Desse modo, as fontes documentais que serão utilizados serão: livros, diretrizes curriculares nacionais e estaduais; leis e normativas sobre gênero e educação; relatórios de organismos internacionais regimentos escolares e projetos político-pedagógicos e pesquisas acadêmicas, onde a coleta será realizada por meio de levantamento em bases digitais (Scielo, CAPES, sites governamentais e institucionais).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As categorias analíticas tratadas neste trabalho são observadas e construídas através de uma análise interseccional, pois a compreensão da violência de gênero deve ir para além do tripé gênero-raça-classe, considerando assim, outras formas de opressões que contribuem para a disseminação e manutenção destas violações.

A análise documental revelou que a violência de gênero nas escolas, assim como na sociedade como um todo manifesta-se de forma plural, atravessada por marcadores sociais e indicadores sociais diversos como raça, classe, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, classe, deficiência etc. É notório a ausência de políticas educacionais que incorporem uma abordagem interseccional, que possa contribuir para visibilidade de sujeitos e sujeitas historicamente marginalizados/marginalizadas, como meninas negras, estudantes trans e pessoas com deficiência e qualquer pessoa que fuja do determinismo dos papéis de gênero.

Os documentos analisados demonstraram que, embora haja menções à igualdade de gênero, à equidade, à uma escola inclusiva e sem preconceito raramente são consideradas as intersecções entre as vulnerabilidades ou/e opressões. Essa fissura reforça o que Crenshaw (1989) denomina de “apagamento interseccional”, onde políticas universais falham em atender às especificidades e particularidades de grupos subalternizados. Como apontado por Akotirene (2019), a ausência de uma análise crítica trazida pela interseccionalidade nas diretrizes educacionais perpetua desigualdades estruturais.

A performatividade de gênero e as normas escolares, a escola em si, enquanto espaço normativo, reforça padrões de gênero com ênfase no binarismo por meio de práticas cotidianas e curriculares. A performatividade, conforme Butler (2003), é regulada por discursos e diálogos que definem o que é considerado “masculino” ou “feminino”. Essa omissão do silenciamento em torno dos diálogos que não são realizados reforçam a marginalização desses sujeitos e a negação de seus direitos à identidade e à dignidade, os ditos direitos fundamentais.

Já o transfeminismo, enquanto movimento teórico e politizado, denuncia diretamente essa exclusão cotidiana dentro e fora do âmbito educacional. O movimento exige uma educação que reconheça a pluralidade de corpos e vivências de mulheridades e masculinidades. Como destaca a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a promoção de uma educação inclusiva e sem discriminação é imprescindível para prevenir e enfrentar a violência de gênero, podendo assim garantir ambientes escolares sem violência, preconceito e invisibilidade. Contudo, outro ponto tocante à discussão, e à análise é a ausência da educação sexual nos documentos analisados, isso compromete a formação crítica dos estudantes sobre gênero, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero e direitos humanos.

Ao analisar os documentos, fica perceptível a compreensão das dinâmicas de violência de gênero no contexto escolar, e essa percepção exige da equipe multidisciplinar um olhar cuidadoso e interseccional que vá para além das categorias isoladas de análise. Nesse sentido, a teoria interseccional, firmada por Kimberlé Crenshaw (1989), proporciona uma lente analítica para examinar como as vulnerabilidades e as opressões (marcadores sociais) se entrelaçam na produção e reprodução das desigualdades. A interseccionalidade permite identificar que as experiências de violência não são homogêneas, elas não ocorrem da mesma forma entre as mulheres, e muito menos por aquelas que possuem mais de um marcador social que possa corroborar para esses atravessamentos, sendo atravessadas por múltiplos marcadores sociais que moldam suas vivências e experiências.

No campo da educacional, Carla Akotirene (2019) destaca que a escola, enquanto espaço de reprodução sociocultural e contestação de normas sociais, pode tanto reforçar quanto combater as violências de gênero, caso ela não traga para seu ambiente diálogos divergentes que possam ampliar os olhares para extramuros. A ausência de uma abordagem interseccional nas diretrizes curriculares e nos projetos pedagógicos escolares devem contribuir para a invisibilização das desigualdades estruturais de gênero que afetam diretamente os estudantes e os profissionais da educação. Além disso, o enfrentamento e a prevenção à violência contra as mulheres e à violência de gênero requerem políticas públicas inclusivas e integrativas que reconheçam a diversidade das experiências plurais, incorporando a interseccionalidade como princípio orientador. Isso é essencialmente relevante em contextos escolares, onde a violência pode ser simbólica e pode se manifestar de forma velada, persistente e naturalizada.

Em síntese, este trabalho se ancora na teoria interseccional como referencial teórico-metodológico e epistemológico para analisar os documentos, buscando compreender como as políticas educacionais e práticas escolares lidam — ou não — com a multiplicidade de formas de violência de gênero. Dessa maneira, a análise da violência de gênero no contexto escolar, à luz da interseccionalidade, revela que as experiências de opressões praticadas e/ou vivenciadas por estudantes não são homogêneas, e possuem colisões/entrelaçamento entre muitas delas, e por isso ignorar essas intersecções significa perpetuar políticas e práticas educacionais que falham em reconhecer a complexidade das desigualdades vividas por sujeitos historicamente subalternizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade, não é apenas uma ferramenta teórica e metodológica, mas um compromisso com a justiça social e as pluralidades. Sua incorporação nas práticas pedagógicas e nas políticas educacionais é fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e integrativa, que reconheça as múltiplas formas de violência que atravessam e perduram dentro do ambiente escolar.

Dessa forma, pode se concluir que o enfrentamento e a prevenção da violência de gênero nas escolas exigem ações intencionais, críticas e interseccionais, capazes de promover diálogos que promovam o respeito à diversidade, a equidade e a dignidade de todas as pessoas. Investir em formação docente e multidisciplinar contínua, com políticas públicas sensíveis às diferenças e espaços de escuta ativa e qualificada é um passo primordial para transformar a escola em um território seguro e de transformação social.

Palavras Chaves: violência de gênero; interseccionalidade; educação; direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

Crenshaw, Kimberlé W. (1989), “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1990.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade** v. 20, n. 2, jul./dez., 1990. Disponível em:<https://seer.ufrrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721Acesso>

UNESCO defende educação sexual e de gênero nas escolas para prevenir violência contra mulheres. Nações Unidas do Brasil, 07 de junho de 2016. Disponível em:[https://brasil.un.org/ptbr/73283unesco%20defende%20para%20prevenir%20violencia%20contra%20mulheres-nas-escolas](https://brasil.un.org/ptbr/73283unesco-defende-para-prevenir-violencia-contra-mulheres-nas-escolas)